

ANO 1 - Nº 05 - JUNHO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Soberania nacional e defesa

A intenção do governo de fechar embaixadas abertas durante o governo Lula no Caribe e, possivelmente, também na África foi divulgada em 4 de junho por órgãos de imprensa.

Durante visita à Argentina no dia 6, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a possibilidade da adoção de moeda única nos dois países, acompanhado do ministro de Relações Exteriores e outros.

Encerrou-se no dia 21 a 109ª Conferência Internacional do Trabalho, com resolução sobre o cumprimento da Convenção 98 pelo Brasil.

O ministro da Justiça, Sergio Moro, visitou os Estados Unidos de 23 a 26 de junho, porém, sem divulgar sua agenda com antecedência.

O Itamaraty emitiu no dia 26 instrução para os diplomatas no exterior objetarem menções à expressão “gênero” que não se refiram à situação biológica de homens e mulheres.

O ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e outros representantes governamentais participaram, em Bruxelas, de 26 a 28 de junho, da rodada de negociações entre a União Europeia e o Mercosul, que produziu um acordo de livre comércio entre os dois blocos.

Nos dias 28 e 29 o presidente Jair Bolsonaro participou da Cúpula do G20 em Osaka, Japão.

Estado, democracia e aperfeiçoamento da gestão pública

O Decreto Nº 9.819, de 3 de junho, criou a Câmara de Relações Exteriores e Defesa, com caráter interministerial e subordinada ao Conselho de Governo para tratar de temas internacionais como fronteiras, narcotráfico, migração, entre outros, envolvendo diversos ministérios da área militar e de segurança, como Defesa, Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e Justiça, bem como vários da área civil, como Casa Civil, Saúde etc.

O Decreto Nº 9830, de 10 de junho, estabelece normas mais frouxas em relação à responsabilização de agentes públicos que cometam irregularidades, introduzindo critérios

subjetivos, como a consideração de circunstâncias que limitam ou condicionam a conduta do agente, comprovação de dolo ou cometimento de “erro grosseiro”, por exemplo.

O Decreto Nº 9834, do dia 12, criou o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, de caráter consultivo, formado pelos secretários-executivos do Ministério da Economia, da Casa-Civil e da Controladoria Geral da União (CGU). O decreto traz uma lista de mais de uma centena de políticas públicas que podem ser consideradas para a análise anual do Conselho, que será apoiado por dois comitês: de Monitoramento e Avaliação de Gastos Diretos e o de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios da União.

Foram editados [43 decretos](#) que reestruturam colegiados (conselhos, comissões, comitês etc.).

O Decreto nº 9895, do dia 27, dispõe sobre a Comissão de Ética dos Agentes Públicos da Presidência e Vice-Presidência da República. Formado por representantes da Casa Civil, que o presidirá, da Vice-Presidência, da Secretaria-Geral, da Secretaria de Governo da Presidência da República, do GSI, do Gabinete Pessoal do presidente da República e da Assessoria Especial do presidente da República.

Estrutura, repartição dos poderes

A Medida Provisória nº 886, de 18 de junho, transfere competências da Casa Civil para a Secretaria de Governo e Secretaria-Geral da Presidência, como a articulação política com o Congresso, para a primeira, e a Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), que analisa todos os atos do Executivo, para a segunda.

A Lei nº 13.848, do dia 25, dispõe sobre novas regras para diretorias de Agências Reguladoras, vetando a possibilidade de recondução, a indicação de políticos e parentes de políticos, entre outras regras.

O Decreto nº 9881, de 28 de junho, foi assinado pelo vice-presidente, General Hamilton Mourão. Institui o Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência, colegiado de assessoramento do Gabinete de Segurança Institucional. É formado por representantes do GSI, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), de órgãos do Ministério da Justiça (sendo estes a Diretoria de Inteligência da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria Nacional de Segurança Pública), do Ministério da Defesa (sendo estes a Subchefia de Inteligência de Defesa, a Divisão de Inteligência Estratégico-Militar da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior da

Armada, o Centro de Inteligência da Marinha, o Centro de Inteligência do Exército, o Centro de Inteligência da Aeronáutica e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), além da Divisão de Combate ao Crime Transnacional do Ministério das Relações Exteriores. Por fim as secretarias-executivas da Receita Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), ambas do Ministério da Economia.

Segurança pública

Após pressão dos movimentos sociais, de entidades especialistas no tema, de partidos e do Senado, que pediu a suspensão das decisões assinadas pelo presidente Bolsonaro, foram publicados no dia 25 quatro decretos sobre posse e porte de armas. Bolsonaro revogou os decretos que já havia assinado (o de janeiro facilitando a posse e os de maio facilitando o porte) e fatiou os pontos polêmicos acerca de posse, circulação em área rural, porte, CAC's (Caçador, Atirador, Coleccionador), quantidade limite de munições. O presidente também enviou ao Congresso o Estatuto de Desarmamento de 2003.

ANÁLISE CRÍTICA

O encerramento de embaixadas está ligado à política de austeridade orçamentária e também à prioridade dada pelo governo às relações com os países ocidentais centrais, em particular os Estados Unidos.

O governo já havia rompido a tradição de promover a primeira visita presidencial oficial à Argentina, substituindo-a pela ida ao Chile, há alguns meses. Somente foi agora para explicitar apoio à candidatura à reeleição do presidente Mauricio Macri. A possibilidade de uma moeda única foi imediatamente descartada pelas áreas econômicas dos dois países, até porque não existe convergência macro econômica que a viabilize.

O Comitê de Aplicação de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), depois de muita pressão do grupo de trabalhadores, incluiu o Brasil na lista dos casos nacionais a serem debatidos devido à violação da Convenção 98 sobre liberdade sindical e negociação coletiva. No entanto, para os trabalhadores, a resolução foi insatisfatória, pois apenas solicita que o governo continue avaliando a situação e que promova consultas tripartites sobre o tema para possivelmente retomar a discussão na conferência de 2020.

A visita do ministro Sergio Moro aos EUA e a omissão da divulgação da agenda pode estar relacionada a contatos com membros da Secretaria de Justiça dos Estados Unidos em função das denúncias do site Intercept.

A instrução sobre como tratar o tema “gênero” aliou o governo a outros conservadores e teocráticos, como Rússia, Uganda, Paquistão, Arábia Saudita, Catar e Egito, entre outros, nos fóruns internacionais que tratam de forma reacionária os direitos das mulheres, os reprodutivos e sexuais .

Os governos do Mercosul fecharam acordo de livre comércio com a União Europeia cujos detalhes ainda não são totalmente conhecidos. O entusiasmo demonstrado pelo governo brasileiro e os meios de comunicação é altamente questionável diante da análise das consequências para o desenvolvimento nacional.

A participação de Bolsonaro na Cúpula foi medíocre como de costume, mas ele jogou para sua torcida. Reuniu-se com alguns mandatários apenas informalmente, como Angela Merkel, da Alemanha, e Emmanuel Macron, da França, para tratar da política ambiental brasileira. Formalmente, encontrou-se com Donald Trump, dos Estados Unidos, os primeiros-ministro de Cingapura e do Japão, além do príncipe regente da Arábia Saudita, com quem ninguém mais quer conversar depois do assassinato de um jornalista árabe no interior da embaixada deste país, na Turquia. Cancelou o encontro marcado com o presidente da China, Xi Jinping, alegando precisar fazer o check-out do hotel.

As medidas adotadas pelo governo na área de Estado e Gestão denotam uma reformulação de colegiados e órgãos interministeriais após o desmonte do mês de maio. Criar dois colegiados interministeriais para avaliar políticas públicas e servidores abre caminho para a possível extinção de programas e de investimentos, dado o caráter privatista do governo. Nota-se, no que se refere à repartição dos poderes, novos dispositivos que fortalecem a área militar do governo, esvaziam a Casa-Civil da Presidência da República - cujo ápice até então havia sido o controle de nomeações e que foi transferido para a Secretaria de Governo à época que o general Santos Cruz comandava o ministério -, segue com a transferência da articulação política com o Congresso para este mesmo ministério, agora comandado pelo general Luiz Eduardo Ramos, e com a mudança da Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ), que controle e analisa todos os atos do Executivo, para a Secretaria-Geral da Presidência.

A suspensão dos decretos sobre porte de armas é entendida como uma derrota do governo, que buscou outra estratégia para flexibilizar a posse e o porte de armas.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O governo anunciou em junho o plano de venda de oito refinarias e da infraestrutura logística a elas associadas (terminais aquaviários, terminais terrestres, dutos de suprimento, de derivados, entre outros). Além disso, teve início o programa de revisão da política de gás, com vistas a abrir o mercado para players privados e internacionais.

Nos dois casos, a justificativa da Petrobras é ancorada no argumento de que a desalavancagem e o desinvestimento são necessários para que a empresa possa se concentrar apenas no seu core business de exploração e produção de petróleo. Os analistas do setor, entretanto, alertam para os riscos de que tais medidas tornem o país dependente da exportação de óleo cru e da importação de derivados e de que diante dessa decisão a Petrobras se torne mais vulnerável em momentos de queda do preço do petróleo. As medidas contaram com apoio do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A Câmara dos Deputados recebeu o texto do Acordo da Base de Alcântara. O termo viabiliza o acesso dos Estados Unidos à base para o lançamento de espaçonaves e de outros veículos com finalidade militar. A abertura da base aeromilitar brasileira aconteceu no mesmo momento em que a parceria entre a Boeing e a Embraer deu origem à nova empresa: Boeing Brasil Commercial. Com isso, a Embraer anuncia o fim da produção em sua planta industrial de São José dos Campos, uma parte das atividades da empresa será deslocada para as cidades de Gavião Peixoto e Botucatu, outra parte ficará concentrada em Melbourne, na Flórida.

O governo propôs alterar as faixas de acesso ao programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), ampliando o crédito para famílias que ganham até nove mil reais. Como nos dois últimos anos o programa sofreu reduções, os especialistas enxergam na iniciativa o risco de que o MCMV se torne cada vez mais um programa de crédito imobiliário mais orientado para as classes médias do que para as camadas mais pobres da população. Ainda neste mês, segundo levantamento do jornal *Valor Econômico*, as maiores construtoras brasileiras encolheram 85%, e a receita líquida das empresas líderes do setor caíram de 71 bilhões de reais, em 2015, para 10 bilhões, em 2018. Isso se deve aos efeitos colaterais da Operação Lava Jato e à falta de investimentos públicos em novos projetos de infraestrutura e de construção civil.

O governo negocia a aprovação do novo marco do saneamento. O objetivo é in-

centivar a privatização das companhias estaduais de esgotamento e água e abrir o mercado para a iniciativa privada.

ANÁLISE CRÍTICA

O setor de infraestrutura é uma alavanca fundamental para o investimento e para a indústria. Entretanto, ao orientar a política de infraestrutura para a priorização das privatizações e da abertura de mercado o governo perde a oportunidade de utilizar um importante instrumento para a retomada do crescimento econômico.

Prova disso é que nos últimos meses a taxa de investimento no Brasil atingiu o menor nível dos últimos cinquenta anos, 15,5% do PIB, o que evidencia a fraqueza dos gastos públicos com máquinas e equipamentos, construção civil e inovação. Além disso, no último mês a atividade industrial voltou a sofrer recuo, dessa vez de -2% atingindo vinte dos 27 ramos industriais analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tal situação poderia ser minimizada com a reativação dos investimentos da Petrobras, que passa por desalavancagem, com os projetos de inovação da Embraer, que passaram por privatização, ou por meio do avanço de programas de habitação e de saneamento, que passam por readequação e encolhimento.

No Brasil, historicamente, o investimento público é complementar ao investimento privado. No entanto, o diagnóstico do atual governo caminha na contramão dessa constatação. Ao tratar o investimento privado como substituto do investimento público, o país perde possibilidades de reencontrar seu caminho de desenvolvimento.

É curioso notar como o desmonte das empresas estatais e das políticas públicas que robusteceram os setores de óleo e gás, aéreo e aeroespacial, de habitação e construção civil, de saneamento e água é levado adiante tendo como justificativa o velho argumento acerca da ineficiência do Estado.

O paradoxal, entretanto, é que a abertura pró-mercado e antiestado tem diminuído o potencial de expansão de empresas privadas brasileiras e aumentado o potencial de expansão de empresas estatais estrangeiras.

Nos últimos anos, mais de 120 bilhões de reais foram gastos por companhias estatais internacionais em aquisições, fusões ou pagamento de outorgas. Boa parte dos investimentos é liderada por estatais chinesas, mas elas estão acompanhadas

de empresas cujos acionistas relevantes são os governos da Espanha, França, Itália, Alemanha e Colômbia, entre outros.

Em certa medida, a privatização da infraestrutura se apresenta como uma forma de desnacionalização da economia, não só em favor da iniciativa privada, mas também em benefício de outras empresas estatais.

PRODUÇÃO E INOVAÇÃO

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

No último dia 28 de junho, o Mercosul e a União Europeia concluíram o acordo de livre comércio entre os dois blocos. As negociações que vinham sendo feitas desde 1998 resultaram na assinatura de um tratado que alcança o comércio de bens e serviços, os investimentos, as compras governamentais e os direitos de propriedade intelectual. O acordo geral precisará ser aprovado pelo Parlamento Europeu e pelos quatro do Mercosul, e, dependendo do tema, também nos congressos de cada um dos países da União Europeia. Caso não tropece em sua tramitação, a entrada em vigência, mesmo parcial, deve demorar no mínimo dois anos.

Os dois principais indicadores antecedentes do PIB disponíveis no país registraram contração na passagem de março para abril, já considerados os ajustes sazonais: o IBC-Br (Banco Central) registrou queda de 0,47% do PIB, enquanto de acordo com o Monitor do PIB (FGV) a contração foi de 0,1%. Com isso, no trimestre encerrado em abril, a queda apurada pelo Monitor da FGV alcançou 0,9%, resultante de contrações observadas nos três setores produtivos da economia: agropecuária (-2%), indústria (-1,3%) e serviços (-0,2%).

A Odebrecht teve seu pedido de recuperação nacional aceito pela Justiça no dia 18 de junho. A dívida total da empresa é de 98 bilhões de reais. Desse montante, dez bilhões são devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); 7,8 bilhões ao Banco do Brasil; e outros cinco bilhões à Caixa Econômica Federal. Já os bancos privados têm 8,4 bilhões a receber. Além da enorme dívida acumulada, a crise econômica e principalmente os impactos desastrosos da Operação Lava Jato sobre os negócios da empresa resultaram na eliminação de 228 mil empregos diretos nos últimos cinco anos.

A Boeing Brasil Commercial (joint venture da Boeing e da Embraer) anunciou que as etapas de montagem final das aeronaves comerciais que estavam sendo realizadas na unidade de São José dos Campos serão transferidas para as unidades de Gavião Peixoto (SP) e para Melbourne (Flórida).

A Toyota anunciou para agosto a demissão de um total de 840 trabalhadores de suas plantas em Sorocaba e Porto Feliz em decorrência do encerramento do terceiro turno nas duas unidades. Segundo nota da empresa, a decisão foi tomada por conta da contração das exportações de automóveis e motores – notadamente para a Ar-

gentina – e pelo fraco desempenho das vendas no mercado interno.

O acirramento da tensão entre os Estados Unidos e o Irã já impacta as exportações dos frigoríficos brasileiros para o país, terceiro principal destino das exportações brasileiras de carne. De acordo com notícia do jornal *Valor Econômico* (24) o alinhamento de Bolsonaro aos Estados Unidos tem dificultado o fechamento de novos contratos de exportação para o mercado iraniano.

Em 5 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que engessa ainda mais o poder do Executivo sobre o Orçamento da União. Uma vez promulgada, a PEC tornará impositivas as emendas de bancadas estaduais apresentadas no Congresso Nacional. De acordo com a lei vigente até o momento, apenas as emendas individuais dos congressistas tinham execução obrigatória.

O secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, anunciou que o governo pretende resgatar para o Tesouro Nacional cerca de vinte bilhões de reais dos recursos do PIS/Pasep que não forem sacados pelos seus donos e que usualmente são utilizados pelos bancos públicos. A medida, que visa aprofundar o ajuste fiscal e que pode sofrer contestações judiciais, deverá impactar negativamente a já reduzida capacidade de financiamento dos três bancos públicos federais.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o endividamento das famílias brasileiras aumentou pelo quinto mês consecutivo em maio, alcançando o percentual de 63,4%, um aumento de 4,4% em relação ao mesmo mês de 2018. Já a inadimplência cresceu 2,3% no mesmo comparativo.

Por resistir às pressões de Paulo Guedes para que fossem repassados recursos do BNDES para o Tesouro Nacional na velocidade e volume que eram desejados pelo ministro da Economia, o presidente do banco, Joaquim Levy, foi demitido. Para o seu lugar, foi indicado Gustavo Montezano, um jovem economista com passagens pelos bancos Opportunity e BTG/Pactual e amigo de juventude dos filhos de Bolsonaro. Essa troca de comando deve acelerar o processo de descapitalização do BNDES.

Na proposta do relator da Comissão Especial que está analisando a PEC da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (MDB), o artigo 239 da Constituição Federal deverá ser alterado, deixando-se de destinar 40% da arrecadação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para compor as fontes do BNDES. Tal medida, se aprovada, implicará uma grave descapitalização do banco, reduzindo um dos principais instrumentos para o financiamento da indústria e da infraestrutura no país.

ANÁLISE CRÍTICA

Em junho o governo Bolsonaro adotou algumas medidas com potencial de agravar o processo de desindustrialização precoce em curso no país, comprometendo não apenas a recuperação da atividade econômica no curto prazo, mas também as bases autônomas de um futuro ciclo de desenvolvimento nacional.

Por um lado, as investidas contra o capital do BNDES, transferindo parte de seus recursos para ajudar no custeio dos gastos correntes do governo central, constituem enorme retrocesso que deverá reduzir ainda mais a já insuficiente taxa de investimento do país, hoje em patamar de 15,5%, o mais baixo de nossa história.

Por outro lado, embora não se conheça ainda em detalhes os termos do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, é possível desde logo fazer algumas considerações sobre suas linhas centrais.

Em primeiro lugar, a se considerar o que foi divulgado até o momento, as economias do Mercosul deverão sofrer uma invasão de bens industriais de todo tipo em troca de uma incerta e duvidosa – visto que persistem as barreiras fitossanitárias, passíveis de serem acionadas a qualquer momento e de difícil contestação - abertura dos mercados europeus para seus produtos de agropecuária. Com isso, a liquidação do que resta do parque industrial no Brasil e na Argentina passa a ser um cenário bastante provável.

Apenas para o caso brasileiro, de acordo com cálculos da LCA Consultores, a redução das barreiras tarifárias sobre as importações de bens de capital, de informática e de telecomunicação deverá resultar em um encolhimento imediato da ordem de 7% da produção destes importantes ramos da indústria nacional.

Além disso, cabe destacar que mesmo as vantagens abertas para as exportações do agronegócio são sensivelmente inferiores àquelas que eram defendidas há alguns anos. De acordo com as informações divulgadas pela imprensa europeia, as cotas mínimas (com isenção tarifária) reivindicadas pelas nações do Mercosul para as exportações de carne bovina, grãos e etanol foram substancialmente reduzidas no documento final do acordo. É provável, portanto, que as cotas conquistadas pelo Mercosul para as exportações do agronegócio no mercado europeu não sejam suficientes para compensar a maciça ampliação da importação de bens industriais produzidos pelos europeus.

Por fim, outro aspecto problemático e de grave repercussão diz respeito aos novos

termos das políticas de compras governamentais. Com o novo tratado comercial, as possibilidades de uso das compras públicas para fortalecer produtos com conteúdo local devem ficar sensivelmente prejudicadas, eliminando um dos poucos instrumentos de política industrial que vinham demonstrando eficácia nas duas últimas décadas.

Ao que parece, os negociadores europeus se aproveitaram da janela de oportunidade política aberta pelo alinhamento neoliberal dos governos do Brasil e da Argentina e pelo enfraquecimento político dos presidentes Bolsonaro e Macri, que precisam de fatos externos para melhorar sua imagem no país, para sacramentar um acordo em bases que lhes sejam mais favoráveis, antecipando-se a possíveis mudanças políticas nos governos do bloco sul-americano.

DIMENSÃO SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH)

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Franklimberg Ribeiro de Freitas, foi exonerado do cargo no dia 11. Em seu lugar foi nomeado o também general Fernando Melo, que ocupava o cargo de assessor da Presidência, com funções semelhantes à de um secretário-executivo.

Embora o governo tenha recuado da decisão de extinguir a Secretaria Nacional de Saúde Indígena (Sesai), como planejado inicialmente, remanejou cargos e apresentou uma nova composição do Ministério da Saúde (MS), retirando assentos da Funai para este último, e extinguiu o Departamento de Gestão da Saúde Indígena. O MS suspendeu contratos com instituições conveniadas, o que provocou problemas tanto nos Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs), quanto nas Casas de Assistência à Saúde Indígena (Casai), que chegaram a interromper alguns serviços.

O MMFDH lançou, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM/ONU), o “Guia de Orientação em Direitos Humanos”, material informativo para orientar imigrantes na “obtenção de documentação, com informações sobre direitos trabalhistas e acesso a serviços de saúde, além de indicar locais e serviços que podem oferecer ajuda.”

Em junho, a ministra do MMFDH, Damares Alves, e o Conselho da Comissão de Anistia indeferiram 433 requerimentos de anistia, além de quatro requerimentos de reclamantes de pensão especial às pessoas atingidas por hanseníase submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia.

Por meio da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), O MMFDH repassou quinhentos mil reais para o Programa Forças no Esporte (Prodesp), a fim de aumentar o alcance das atividades em todo o país.

O MMFDH, por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI), lançou no dia 3 a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, para prevenir e identificar situações de violência, negligência e abuso contra os idosos.

No dia do orgulho gay, a ministra Damares Alves disse reconhecer a violência contra a comunidade LGBTQI+ e ressaltou que deve haver um enfrentamento tenaz a esse tipo de ocorrência.

No início do mês a ministra criticou o que chama de “ideologia de gênero”, afirmou que a perspectiva de gênero é uma “teoria que surgiu nos últimos anos” e tem sido a causa do sofrimento de parte dos jovens que se automutilam ou tentam tirar a própria vida.

Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)

O CNDH recomendou ao Ministério da Saúde não abolir o uso do termo violência obstétrica das políticas e programas de saúde, que declarou supostamente não haver “consenso quanto à definição do termo”. O termo violência obstétrica foi reconhecido como violação de direitos humanos das mulheres pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2014, na Declaração de Prevenção e Eliminação de Abusos, Desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde. A supressão do termo dos protocolos do sistema de saúde dificulta a apuração devida dos casos e representa um retrocesso nas políticas públicas de saúde da mulher e saúde materna.

O CNDH considera ilegal o Decreto nº 9.831, de 10 de junho de 2019, que exonera os onze peritos e peritas do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura e acaba com o Órgão. Recomenda à Presidência da República a sustação imediata do Decreto e a nomeação dos “Membros do Mecanismo e Comitê de Prevenção e Combate a Tortura” como preconiza a Legislação Federal vigente. Destaca a importância da manutenção do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, tal como previsto na lei 12847/2013, em seu art. 5º, III que garante que “ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento cruel desumano ou degradante”.

O CNDH recomenda que o tratamento dado a comunicadores por parte dos agentes públicos siga diretrizes estabelecidas em normas internacionais e nacionais que visem garantir o respeito ao exercício profissional, à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa e o direito à informação. E às entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos o cumprimento à deliberação de sua 45ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 13 e 14 de março de 2019.

Recomenda ainda que a Concessionária Norte Energia assuma o custeio de uma auditoria externa para verificação das violações de direitos humanos em curso na Volta Grande do Xingu e as transformações que a concessionária Norte Energia acarretou na vida das comunidades da região. Reivindica ao Ministério Público e Defensoria Pública da União, em Altamira, a adoção das medidas necessárias para responsabilização da concessionária Norte Energia pelas violações de direitos humanos praticadas em face das populações da Volta Grande, tendo em vista os impactos não

mitigados de sua interferência no rio Xingu, bem como a sua ação direta na vida das comunidades.

O CNDH recomenda ao Ministério do Desenvolvimento Regional, ao MMFDH e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que assegurem o acesso aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; e a disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento.

Recomenda ao Ministério do Desenvolvimento Regional desenvolver em âmbito federal programas de habitação voltados para a população em situação de rua inspirados nos princípios do “Moradia Primeiro” (Housing First, política testada em Nova Iorque nos anos 1990), induzindo os estados, o Distrito Federal e os municípios a fazerem o mesmo com seus programas locais.

O CNDH criou o Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas, veiculado à Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH, cujas principais atribuições são promover a interlocução com órgãos e entidades que acompanham a implementação de padrões internacionais de respeito aos direitos humanos na atividade empresarial brasileira; produzir material destinado à informação sobre os direitos humanos nas atividades empresariais no país; e propôs a edição de atos que atendam à garantia de respeito aos direitos humanos das pessoas afetadas por atividades empresariais. O grupo é composto por representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), da Defensoria Pública da União (DPU), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), MMFDH, Ministério de Relações Exteriores e Ministério da Economia.

Seguridade social ampliada

O deputado Samuel Moreira (PSDB) apresentou o relatório da PEC 6/2019 na Comissão Especial da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, com diversas alterações no texto original apresentado pelo governo. Fundamentalmente, propôs a retirada da proposta de capitalização da Previdência e das mudanças no Benefício

de Prestação Continuada (BPC). E ainda alterou a faixa de renda proposta para a concessão do abono salarial, retirou a inclusão dos servidores públicos federais no regime geral da Previdência, aumentou para 20% a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), alterou a proposta de destinação dos recursos do PIS/Pasep, retirando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do destino de parte dessa arrecadação e suprimiu a maior parte das propostas de alteração nas aposentadorias rurais.

Por outro lado, o relatório manteve a desconstitucionalização das regras previdenciárias, a alteração da idade mínima para aposentadoria proposta pelo governo (62 anos para mulheres e 65 anos para homens), o rebaixamento da aposentadoria parcial, e a exclusão das receitas da Seguridade Social da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Foi sancionada a Lei 13.840, de 5 de junho de 2019, que autoriza “a internação involuntária de pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas”. Trata-se de uma alteração da lei 13.343/2006, que criava o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas. A lei sancionada altera, fundamentalmente, o parâmetro principal de políticas sobre drogas vigente até então, o da redução de danos, e retoma a lógica do combate ao consumo.

Ainda na saúde, o governo sancionou também no dia 5 de junho, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2019 – instrumento que converte medida provisória do governo em lei para regulamentar uma linha de crédito bilionária para as entidades filantrópicas da saúde. Trata-se de uma alteração na Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que passa a destinar parte dos recursos para operações de crédito destinadas às entidades filantrópicas da saúde. Uma semana depois, o governo anunciou uma linha de crédito de um bilhão de reais com base na lei sancionada.

Trabalho e renda

No dia 11 de junho de 2019, o governo Bolsonaro conseguiu a aprovação pelo Congresso do crédito suplementar de 248,9 bilhões de reais extras ao orçamento. A liberação trouxe alívio para o governo, que corria o risco de descumprir a regra de ouro, prevista na Constituição Federal, que proíbe que o governo faça dívidas para pagar despesas correntes, como por exemplo o Bolsa Família. Caso não fosse aprovada essa medida temporária e com a possibilidade de ter a regra de ouro descumprida, o presidente Bolsonaro estaria em uma situação difícil, correndo o risco de, no limite, ser submetido a um impeachment.

Caducou no último dia 28 a MP 873/19, que impedia o desconto em folha de contribuição sindical voluntária. Quase simultaneamente, o deputado federal Carlos Veras (PT-PE) apresentou e conseguiu aprovar na Comissão de Trabalho seu projeto de decreto legislativo 75/2019, que na prática derruba o decreto presidencial 9735/2019, cujo teor era semelhante ao da MP 873. Se mantido, o decreto presidencial fará as vezes da MP que caducou. O projeto de decreto legislativo de Veras ainda precisa ir a plenário.

No trimestre de março a maio de 2019 havia 28,5 milhões de pessoas subutilizadas no Brasil. Este contingente bateu o recorde da série e cresceu 2,7% frente ao trimestre de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019. No confronto com igual trimestre de 2018, esta estimativa cresceu 3,9%. De março a maio de 2019, os desocupados somaram treze milhões.

Educação

A intervenção por parte do governo Bolsonaro nas universidades tem perpassado a esfera orçamental e adentra o campo das nomeações de reitores e reitoras das universidades públicas. Três delas já passaram por intervenção direta do presidente nas nomeações, Universidade Federal Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Rio (Uniorio) e a Universidade do Triângulo Mineiro (UFTM). Por mais que o poder de nomeação de reitor e vice-reitor esteja, por lei, nas mãos do presidente da República, existe desde o governo Lula uma tradição de nomear os primeiros nomes presentes na lista tríplice, encaminhada pelas instituições, cujos nomes são selecionados por professores, funcionários e alunos.

Em relação à educação infantil, no dia 25 de junho ocorreu uma cerimônia com o ministro da Educação Abraham Weintraub, representantes dos três poderes e da sociedade civil, coordenados pelo Conselho de Justiça, para assinar o Pacto Nacional pela Primeira Infância, sancionado em 2016. A medida visa mapear a situação das crianças de 0 a 6 anos no Brasil e treinar os profissionais da área de acordo com os requisitos do Marco Legal da Primeira Infância. O pacto dialoga com a proposta principal do MEC, que é o foco na educação básica.

ANÁLISE CRÍTICA

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Na disputa sobre a pasta, mais uma vez quem perde são os povos indígenas, cuja saúde, já precarizada, tende a ter menor amplitude, com a redução de quadros e de participantes da sociedade civil em seus conselhos. O departamento extinto era um dos mais importantes, onde estava a gestão e o controle social. Nos últimos meses, o atendimento aos povos indígenas já vinha passando por problemas. O governo terceirizou uma obrigação que era sua, com o repasse dos recursos para terceirizadas, e sinaliza mudanças que vão de encontro à luta dos povos indígenas para garantir um sistema de saúde autônomo e participativo. As mudanças propostas por decreto não foram discutidas com os indígenas, e as lideranças têm receio de que a participação delas na gestão seja reduzida ou eliminada.

Sobre a ação adotada para os imigrantes, é considerada importante, mas não inovadora. Muitas organizações da sociedade civil atuam nesse sentido de orientar o imigrante. O apoio aos imigrantes deveria vir na forma de lei, para garantir sua aplicação.

Uma das principais mudanças do CNDH, em sua nova formação, diz respeito ao número de recursos cabíveis às decisões. Antes, não havia limitações, e a Comissão acabava por analisar várias vezes o mesmo pedido do anistiado. A partir de agora, será admitido somente um pedido de reconsideração.

Somente neste ano, 1.123 requerimentos foram indeferidos pela ministra Damares Alves e apenas 5% dos pedidos parcialmente deferidos. Há uma clara negligência, para não dizer perseguição, aos presos políticos da ditadura.

Em certa medida, a negação de pedidos de anistia sinaliza para o tratamento que as divergências políticas atuais poderão vir a ter, o que já se observa na prisão preventiva e inexplicada de ativistas políticos, como é o caso da prisão da ativista Preta e outros cinco participantes do movimento de moradia, em São Paulo. O acirramento da perseguição política ganha respaldo com a atual atuação da Comissão de Anistia, que indefere a maioria dos pedidos.

O repasse de recursos para o Prodesp é bom, porém, sua abrangência é bastante restrita. Atualmente o programa está em 117 municípios, o que corresponde a 2% do total, e atende a 28 mil crianças. Os critérios de seleção dos municípios e beneficiados também não são transparentes.

A Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa é importante, mas precisa vir acompanhada da elaboração de um plano de ação, em parceria com estados, municípios e Distrito Federal. Ainda não há notícias sobre esse desdobramento.

A perspectiva de gênero tem sua legitimidade amplamente reconhecida por entidades e especialistas. A Organização das Nações Unidas (ONU) possui, inclusive, uma campanha de âmbito global, chamada Livres & Iguais, que visa fazer frente à intolerância contra grupos LGBTQI+. A legislação brasileira já avançou no sentido da permissão da adoção a casais homossexuais e qualquer regressão nesse sentido, além de ilegal, é uma violação a um direito adquirido por uma população já fortemente marginalizada.

Ainda que não tenha o poder de deliberação, o CNDH tem sido um importante órgão de contenção de medidas que ferem os direitos humanos, chamando a atenção em diferentes frentes para a ilegalidade de propostas ou necessidade de atuação na proteção de direitos, entre outros. Em suas recomendações, o CNDH, mostra a importância dos Conselhos e a participação de órgãos consultivos e da sociedade civil na manutenção de um projeto democrático de país. As respostas a essas recomendações, no entanto, precisam ser acompanhadas.

Seguridade social ampliada

A apresentação do relatório da reforma da Previdência mexeu na “assinatura” da reforma. Até o fechamento dessa edição, o relatório, apresentado em meados de junho, ainda não foi aprovado pela Comissão Especial. O texto apresentado atende as demandas dos parlamentares do “centrão”, que já se opuseram aos elementos agora alterados ainda no início do governo Bolsonaro. Para além dessa aparente vitória do bloco, o texto aponta para a tentativa da Câmara de “assinar” a autoria da reforma. As alterações diminuem o ímpeto selvagem no governo, mas não é de se enganar que a reforma continua extremamente lesiva para a classe trabalhadora. Para cumprir o fetiche do um trilhão de reais de economia, o relatório propôs uma grave redução da arrecadação do BNDES e concordou com o governo na proposta de uma idade mínima surreal para a aposentadoria. A quantidade de alterações não pode enganar, a perspectiva ultra neoliberal da reforma se mantém, especialmente sobre a ótica da destruição do sistema de seguridade social a médio prazo.

Na temática da saúde, o governo apontou esse mês para dois caminhos. O primei-

ro, de caráter nitidamente ideológico, segue tratando a questão das drogas como guerra, voltando à lógica primitiva da internação compulsória, cuja ineficácia foi amplamente comprovada ao longo da história da saúde pública no mundo. Essa mesma medida fortaleceu as entidades filantrópicas, na mesma esteira da liberação de crédito do BNDES: o governo Bolsonaro prioriza entidades do terceiro setor em detrimento de um sistema público de saúde em grave processo de deterioração em virtude da Emenda Constitucional 95 e dos novos cortes apresentados no orçamento. Os atos do último mês apontam para a precarização do SUS e para a marginalização das pessoas pobres que fazem uso abusivo de drogas, já que a lei certamente só afetará aqueles que dependem da saúde pública. Ricos fazem “rehab”, pobres são internados a pauladas.

Educação

Além de não respeitar a nomeação do primeiro nome indicado na lista pelo colegiado das instituições, atacando assim a autonomia das universidades e seus valores democráticos, os nomes selecionados trazem questionamentos a respeito do tipo de processo de seleção que está sendo utilizado pelo presidente e o receio de que questões ideológicas e políticas estejam guiando as nomeações.

DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Estimativas da organização Imazon mostraram que um terço da Amazônia Legal não possui destinação fundiária e a maior parte desses territórios pertence às unidades federativas, portanto submetidos às legislações estaduais. No âmbito do governo federal, destaca-se a Medida Provisória nº 759/2016, aprovada pelo Congresso em 2017, que versa sobre alteração na legislação fundiária. A MP beneficiou a grilagem por meio da expansão da área passível de titulação, funcionando como uma espécie de anistia aos grileiros de terras invadidas.

Quanto aos estados, foram observadas pela Imazon flexibilização nas legislações fundiárias da Amazônia legal aprovadas por assembleias estaduais do Amapá (em 2018) e do Mato Grosso (em 2019), ambas favorecendo a grilagem. A Assembleia Legislativa do Pará também aprovou um projeto de flexibilização fundiária em 11 de junho de 2019, porém ainda aguarda aprovação do governador para ter validade.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) fez o lançamento do tema da Década da Agricultura Familiar com o objetivo de colocar em prática um plano de ação global contra a fome e a pobreza rural até 2028. Entre os objetivos específicos do plano de ação da FAO destacam-se criar um ambiente político propício para fortalecer a agricultura familiar, apoiar os jovens, fomentar a igualdade de gênero, impulsionar as organizações de produtores, melhorar sua inclusão e resiliência, conseguir sustentabilidade e inovar em favor do desenvolvimento territorial.

Em meio ao lançamento da campanha mundial da FAO, os agricultores familiares brasileiros não têm nada a comemorar e enxergam com preocupação a perda dos direitos adquiridos nas últimas décadas. Entre os problemas enfrentados, destacam-se os cortes de quase 40% no orçamento do Ministério da Agricultura, que afetam diretamente o financiamento da produção de toda uma cadeia de pequenos produtores, especialmente os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e extrativistas. No governo Bolsonaro houve suspensão de repasse de oitocentos milhões de reais em verbas que seriam direcionadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ao todo, já foram contingenciados 6,8 milhões de reais do conjunto de iniciativas que integram o Plano Safra 2018/2019.

Quanto aos povos indígenas, observam-se novos retrocessos. Por meio de nova medida provisória, Bolsonaro reverte decisão do Congresso Nacional e retorna a

responsabilidade de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A MP 886 foi publicada no Diário Oficial da União em 19 de junho deste ano e indica que são áreas de competência do Mapa a reforma agrária, a regularização fundiária de áreas rurais, a Amazônia Legal, as terras indígenas e a titulação de quilombos.

Atualmente, os índios ainda têm como conquista a volta da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Justiça, entretanto os ruralistas não estão satisfeitos com a decisão e pediram a cabeça do presidente do órgão. A exoneração do presidente da Funai, Franklimberg Ribeiro de Freitas, foi motivada por pressão dos ruralistas conduzidos por Luiz Antônio Nabhan Garcia (secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e presidente licenciado da União Democrática Ruralista).

Segundo Franklimberg, a motivação de sua exoneração foi sua resistência em acabar com o Departamento de Proteção Territorial da Funai – área destinada a proteção, identificação e demarcação de terras indígenas. O desejo dos ruralistas foi atendido e a função de demarcação das terras da Funai foi extinta com a nova MP em meio ao retorno do órgão para o Ministério da Justiça.

Desenvolvimento regional

Quanto ao aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), observa-se grande expectativa de prefeitos brasileiros. Trata-se da PEC 391/2007, que prevê a ampliação do FPM de 24,5% para 25,5% do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do IR (Imposto de Renda). A PEC do senador Raimundo Lira, já aprovada no Senado, propõe alterar o artigo 159 da Constituição Federal que disciplina a distribuição de recursos da União ao FPM, bem como já foi aprovada na Comissão Especial no dia 18 de junho e está, assim, pronta para ser submetida ao Plenário. Apesar da expectativa dos prefeitos, a ampliação da participação dos municípios será gradual, sendo de 0,25% nos anos de 2020 e 2021, de 0,5% em 2022 e apenas a partir de 2023 passará a ser de 1%, ou seja, o alívio às finanças municipais viria apenas na próxima gestão.

Outra possibilidade aguardada pelos estados e municípios é a participação de no Bônus de Assinatura do pré-sal. Com expectativa de alívio ainda neste ano para as contas municipais e estaduais, a participação nos recursos arrecadados pela União com o leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal deve se feita por meio da

lei da partilha no segundo semestre, segundo o governo. A União espera arrecadar cerca de 106 bilhões de reais com o Bônus de Assinatura.

Por fim, há o debate acerca da prorrogação dos atuais mandatos municipais para a coincidência das eleições em 2022, que tem despertado o interesse de mandatários municipais, apesar das dificuldades no Parlamento e a posição contrária do PT. A apresentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 56/2019, do deputado Peninha (MDB/SC), reacendeu o debate sobre a coincidência de mandatos e o fim da reeleição para o Executivo.

A proposta foi apensada à PEC 376/2009, do Deputado Ernandes Amorim (PTB/RO), que, assim, voltou a tramitar. A PEC tem a seguinte ementa: “Estabelece a coincidência geral dos pleitos para todos os mandatos eletivos, aumenta de 8 para 10 anos o mandato de Senador, estabelece o mandato de 5 anos para todos os cargos eletivos e põe fim ao instituto da reeleição para os cargos do Poder Executivo”

ANÁLISE CRÍTICA

No que se refere ao meio ambiente, observa-se elevação do ritmo do desmatamento de 20% entre agosto de 2018 e abril de 2019, resultado não só do enfraquecimento das políticas públicas do governo federal aplicadas no período pós-golpe, mas também da flexibilização da legislação dos estados. A flexibilização da legislação fundiária dos estados e do governo federal favorece a grilagem. Essa lógica, frente ao afrouxamento das leis fundiárias estaduais e federais, acontece em pleno cenário de perda da biodiversidade e causa impacto sobre o enfrentamento das mudanças climáticas e o combate à degradação ambiental.

Em meio ao lançamento do tema da Década da Agricultura Familiar da FAO, o Brasil ainda corre o risco de voltar ao Mapa da Fome da ONU. Essa preocupação ocorre não só pelo corte no financiamento governamental, mas também pela desestruturação de toda a política agrária de estímulo à agricultura familiar para atender demandas dos grandes proprietários rurais, cuja prioridade é o agronegócio e a produção de commodities.

A MP 886 que colocou novamente a responsabilidade de demarcação de terras indígenas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi considerada uma derrota para os povos indígenas. Em 28 de maio deste ano, o Senado havia aprovado a MP 870/2019, mas votou pela saída da Funai do Ministério da Mulher,

da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e seu retorno ao Ministério da Justiça, que reincorpora também a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas que havia sido alocada no Mapa. A versão da MP foi submetida ao Senado no formato de projeto de lei depois de ter sido aprovada pela Câmara em 22 de maio.

O resultado da votação do Senado havia sido considerado um avanço dos povos originários e estava entre as principais reivindicações das lideranças indígenas brasileiras, que se reuniram em torno do Acampamento Terra Livre, ocorrido em abril, em Brasília. O encontro contou com cerca de quatro mil índios, e as representações indígenas reuniram-se com os presidentes do Senado e da Câmara do Deputados para pedir apoio à alteração dos efeitos da MP 870/2019. É relevante mencionar que existe na Funai a reivindicação da demarcação de 154 territórios indígenas, que aguarda o posicionamento do órgão. A publicação da nova MP de Bolsonaro causa conflito com o poder Legislativo e coloca o governo como principal inimigo dos povos originários.

Frente às dificuldades de caixa, prefeitos e governadores buscam novos recursos, entre eles a distribuição de parte do que for arrecadado com o bônus de assinatura no leilão do excedente do pré-sal para estados e municípios. A ampliação do FPM em 1% é outra aposta de prefeitos. Além disso, há o debate acerca da prorrogação dos atuais mandatos municipais para a coincidência das eleições em 2022, que tem despertado o interesse de mandatários municipais, apesar das dificuldades no Parlamento e da posição contrária do PT.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; António Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Gustavo Coudas; Isaías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sergio Honório; Vilma Bokany; William Nozaki. Editoração eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br